

GOVERNO OBRIGA EMPRESAS A MOSTRAR CONTRATOS. IRREGULARIDADE SERÁ MULTADA EM ATÉ R\$ 2,9 MILHÕES

CONTRA REAJUSTE EM DÓLAR

Lauro Rutkowski
Da equipe do Correio

O Ministério da Justiça abriu ontem processo administrativo contra todas as empresas de leasing que utilizam o dólar para corrigir suas prestações. O objetivo do processo é analisar os contratos para verificar a existência de cláusulas abusivas e aplicar multas de até R\$ 2,9 milhões em caso de irregularidades. A partir de hoje todas as empresas de leasing serão notificadas pelo ministério e obrigadas a apresentar cópias dos contratos feitos dentro de dez dias e a informar o número de clientes de cada uma. Os contratos serão analisados pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça.

Segundo o diretor do DPDC, Nelson Lins, as empresas de leasing estariam infringindo pelo menos quatro artigos do Código de Defesa do Consumidor (o 36, que considera nulos contratos que se desequilibrem por ocorrência de fatos novos; o 39, que declara ilegal a venda casada de bens com seguros; o 53, que veta a indexação em dólar; e o 51, que torna nulos contratos em que o consumidor fica em desvantagem excessiva).

Lins afirmou que vai encaminhar uma cópia do processo à Procuradoria Geral da República para abertura de ações civis públicas. As ações terão como objetivo estabelecer padrões de reajuste que não prejudiquem o consumidor. Uma sugestão é a adoção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

Adauto Cruz



Calheiros e Coutinho com representantes das empresas de leasing: sem acordo, governo decidiu fechar o cerco

para a correção das prestações atualmente reajustadas pela variação cambial (ou seja, pela cotação da moeda norte-americana, que tem se valorizado em relação ao real diariamente).

O secretário de Direito Econômico do ministério, Ruy Coutinho, disse que o processo foi a única forma encontrada para obrigar as empresas que venderam bens corrigidos pela cotação do dólar a renegociar os contratos com os consumidores. "Queríamos uma saída negociada, mas não foi possível", lamentou

Coutinho, que aconselha os consumidores a recorrerem ao pagamento em consignação para evitar que seus nomes sejam incluídos no Serviço de Proteção ao Crédito (veja quadro ao lado).

Representantes da Associação Brasileira de Empresas de Leasing (Abel) estiveram ontem no Ministério da Justiça para dizer não à proposta feita pelo ministro Renan Calheiros no último dia 3, que tinha como principais pontos a manutenção da cotação do dólar a R\$ 1,21 para as prestações de janeiro, feve-

reiro, março e abril e o aumento do número de mensalidades do contrato para não "enforçar" as finanças dos compradores.

A Abel argumentou que só poderia manter a cotação de R\$ 1,45 até abril e que não aceitaria aumentar o número de prestações. Ou seja, diluiria a diferença de cotação do período janeiro/abril nas prestações que ainda restam, mesmo que o valor desafie a capacidade de pagamento do consumidor. O presidente da Abel, Antonio Bornia, não quis dar entrevista.

SAIBA COMO FAZER UM CONTRATO

■ Negocie com a empresa e só aceite modificações no contrato se tiver certeza de que poderá pagar as prestações. Tente congelar a cotação do dólar em R\$ 1,21 (igual a de 31 de dezembro de 1998) por algum tempo (seis meses, por exemplo) para pagar a diferença em prestações adicionais, na esperança de que após este período haja uma queda do dólar, capaz de tornar menos salgadas as futuras parcelas. Um exemplo: quem tem uma prestação de US\$ 500 seria obrigado a desembolsar ontem cerca de R\$ 975 (com o dólar a R\$ 1,92), quando usualmente pagaria R\$ 605 (com o dólar a R\$ 1,21). Com o congelamento, este valor seria mantido por seis meses e a diferença de cotação (R\$ 370 por mês, caso fosse mantida a cotação de R\$ 1,92) se transformaria em outras três prestações de R\$ 740, por exemplo.

■ Se não houver acordo, a melhor alternativa é dar início ao processo administrativo de consignação de pagamento e, se for necessário, ao processo de depósito judicial. Estes são os dois mecanismos mais eficientes para evitar que o consumidor fique inadimplente e seja negativado no SPC. O primeiro passo é fazer o cálculo de quanto seria a prestação se fosse utilizado o INPC como índice de correção. No caso de uma prestação de US\$ 500 (R\$ 605), bastaria aplicar o INPC do mês correspondente à prestação. Para janeiro, a expectativa é de um INPC de 0,8% a 1%, a ser anunciado entre o dia 10 e 15 deste mês. Neste caso, a prestação de R\$ 605 subiria para R\$ 611,05 (com um INPC de 1%). Feito o cálculo, basta ir

a qualquer banco estadual ou federal, preencher um formulário especial de abertura de conta para consignação em pagamento em nome do credor e aguardar dez dias. Se o credor retirar o dinheiro, significa que aceitou a forma de pagamento.

■ Se, depois deste prazo, o dinheiro ainda permanecer na conta, é sinal de que a empresa se recusou a receber a prestação calculada desta forma. Neste caso, a alternativa é procurar um advogado para abrir uma ação para consignação de pagamento, conhecida popularmente como depósito em juízo. Na ação, o advogado alegará que seu cliente está sendo lesado por cláusulas contratuais abusivas, pedirá a adoção do INPC como índice de correção e solicitará permissão para pagar as prestações corrigidas por este índice até decisão preliminar da Justiça sobre a pendência, que pode levar vários meses.

■ Os órgãos de defesa do consumidor aconselham a quem tem prestações corrigidas pela variação cambial a esperar mais alguns dias para renegociar seus contratos de leasing. Isso porque estão em análise ações que pedem a adoção do INPC e, a qualquer instante, pode ser concedida pela Justiça uma medida liminar derrubando contratos corrigidos pelo dólar. O respaldo legal a favor dos compradores está no artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor, que garante a alteração das cláusulas de um contrato que, por algum motivo, tenha elevado o custo para o consumidor em níveis muito acima do previsto.